

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Lorenzo de Avilla Said

**A CAMPANHA DE CANUDOS: A DEFASAGEM LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS
CLASSE I, II e V A LUZ DO MANUAL LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E AS
DECISÕES ACERTADAS PELO COMANDO LEGALISTA NA 4ª EXPEDIÇÃO**

**Resende
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: A CAMPANHA DE CANUDOS: A DEFASAGEM LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS CLASSE I, II e V A LUZ DO MANUAL LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E AS DECISÕES ACERTADAS PELO COMANDO LEGALISTA NA 4ª EXPEDIÇÃO

AUTOR: LORENZO DE AVILLA SAID

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 14 de AGOSTO de 2023


Cad LORENZO DE AVILLA SAID

Dados internacionais de catalogação na fonte

S132i SAID, Lorenzo de Avilla

A campanha de Canudos: a defasagem logística de suprimentos classe I, II e V a luz do manual Logística Militar Terrestre e as decisões acertadas pelo comando legalista na 4ª Expedição / Lorenzo de Avilla Said – Resende; 2023. 40 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Andrei Adornes Monteiro
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Canudos. 2. Logística. 3. Defasagem. 4. Marechal Bittencourt. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Lorenzo de Avilla Said

**A CAMPANHA DE CANUDOS: A DEFASAGEM LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS
CLASSE I, II e V A LUZ DO MANUAL LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E AS
DECISÕES ACERTADAS PELO COMANDO LEGALISTA NA 4ª EXPEDIÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares.**

Orientador: Andrei Adornes Monteiro – 1º Tenente

**Resende
2023**

Lorenzo de Avilla Said

**A CAMPANHA DE CANUDOS: A DEFASAGEM LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS CLASSE I,
II e V A LUZ DO MANUAL LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E AS DECISÕES
ACERTADAS PELO COMANDO LEGALISTA NA 4ª EXPEDIÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 14 de Agosto de 2023:

Banca examinadora:

No impedimento de
Andrei Adornes Monteiro, 1º Ten
(Orientador)

[Assinatura]
Maurício da Silva Santos, Maj

[Assinatura]
Gustavo Dantas Abrantes, Cap

[Assinatura]
ROBSON-TC
Cmt C Int

Resende
2023

Dedico esse trabalho àqueles que estiveram presentes na minha formação militar, minha família que sempre está me esperando no Rio Grande do Sul com um bom churrasco, meus amigos civis que fazem um esforço para me visitar nos meus esporádicos retornos, meus amigos cadetes os quais me ajudaram a vencer todas vicissitudes e dissabores que encontrei nessa jornada de cinco anos e a instituição Academia Militar das Agulhas Negras por me propiciar desafios hercúleos que muitas vezes não me julgava capaz de superá-los.

AGRADECIMENTOS

Este é um dos momentos que ao longo de cinco anos pensei que jamais chegaria, desde a entrada na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 2019, o Trabalho de Conclusão de Curso parecia algo muito distante, foram horas de trabalho, leitura e pesquisa sobre um tema que, de tanto estudar, acabou por se tornar algo agradável e parte dos meus interesses, uma verdadeira viagem ao passado. Dedico estas poucas palavras a alguns dos indivíduos que me apoiaram durante a labuta.

Primeiramente, a minha mãe que é a pessoa mais importante na minha vida, por todas as horas empenhadas em procurar incansavelmente em “Os sertões” qualquer tipo de conteúdo que pudesse me ajudar, mesmo que fosse um pouco. Além de estar presente em todas as mais importantes fases da minha vida, tornando-se minha melhor amiga, parceira e aliada com a qual eu podia dividir o pesado fardo que a AMAN me imputou diariamente.

Ao meu pai, por ter sido um exemplo de homem, que sempre me proporcionou a segurança que todo filho deveria sentir.

Também agradeço aos meus avós paternos e maternos por terem sempre me proporcionado uma segunda casa, bem como aos meus amigos da Turma Bicentenário da Missão Militar Francesa no Brasil que acabaram por se tornar minha família também.

Por fim, agradeço o meu orientador, tenente Monteiro, que sempre se mostrou disposto a me ajudar, mesmo quando eu não fazia ideia sobre o que pesquisar e qual tema escolher, corrigindo repetidas vezes os erros presentes no meu trabalho, ao qual devo também, a conquista de 1º lugar no Projeto Mario Travassos que tratou sobre o mesmo assunto deste TCC.

“Uma geração vai-se, e outra geração vem, mas a terra permanece para sempre. O sol nasce, e o sol se põe, e corre de volta ao seu lugar donde nasce.” (Eclesiastes 1:3-5)

RESUMO

A CAMPANHA DE CANUDOS: A DEFASAGEM LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS CLASSE I, II e V A LUZ DO MANUAL LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE E AS DECISÕES ACERTADAS PELO COMANDO LEGALISTA NA 4ª EXPEDIÇÃO

AUTOR: Lorenzo de Avilla Said
ORIENTADOR: Andrei Adornes Monteiro

O presente trabalho tem por finalidade analisar os principais problemas de suprimento do Exército Brasileiro no tocante às expedições militares a Canudos (07/11/1896 a 05/10/1897), pois se trata da principal causa da derrota legalista contra os insurretos. Visto que as sucessivas derrotas da força terrestre consistem em um embate histórico e intrigante de como um grupo irregular, sem treinamento militar, sem formalidades em hierarquia e disciplina ou qualquer tipo de doutrina conseguiu resistir e desmembrar 3 expedições militares, respectivamente comandadas por um tenente, um major e um coronel, todas com soldados treinados, armamento, munição, fardamento, peças de artilharia e animais de carga e tração (mulas, cavalos e bois). Além de ter dificultado e prolongado a 4ª e vitoriosa expedição que contou com o comando de 2 generais e até o próprio ministro da guerra da incipiente república brasileira à época, Marechal Carlos Machado Bittencourt, responsável por melhorar e regularizar o fluxo de suprimento da força legalista se tornando o grande estrategista da guerra e futuro patrono do serviço de intendência do Exército Brasileiro. Entender as falhas, bem como as dificuldades logísticas encontradas pela força é de vital importância para evolução da doutrina e dos manuais do Exército Brasileiro. Através da análise documental obtida por meio da pesquisa bibliográfica e documental, foi observado que há uma deficiência dos detalhes dessas problemáticas logísticas enfrentadas pela força, particularmente por quem estava na ponta da linha, combatendo os rebeldes no abrasador clima semiárido nordestino, muitas vezes enfrentando falta de água e comida, sem armamento adequado e em bom estado de funcionamento, com um uniforme não adaptado ao bioma e com escassez de munição. Com esta pesquisa buscou-se demonstrar através de uma conexão entre passado e presente, a deficiência de suprimento de classes I, II e V, utilizando como norteador dos conceitos o atual manual que a força se apoia no que tange a logística militar, até o presente o momento (2023), o Manual Logística Militar Terrestre (EB70-MC-10.238) para que as futuras gerações possam ter dados suficientes para enfrentar qualquer situação em que um mundo cada vez mais ambíguo e incerto pode oferecer.

Palavras-chave: Canudos. Logística militar. Suprimento. Marechal Bittencourt.

ABSTRACT

THE CANUDOS MILITARY CAMPAIGN: THE LACK OF SUPPLIES CLASS I, II, V ACCORDING TO THE LOGISTIC MILITARY MANUAL AND THE RIGHT DECISIONS MADE BY THE COMMANDERS IN THE FOURTH EXPEDITION.

AUTHOR: Lorenzo de Avilla Said

ADVISOR: Andrei Adornes Monteiro

The present work aims to analyze the main supply problems of the Brazilian army during the Canudos expeditions (07/11/1896 to 05/10/1897) because it was the main cause of the legalist defeats against the rebels. In fact, the successive defeats of the army consist in an historical issue and intriguing, due to the fact that an informal group, without any military training or discipline and manual neither could resist and even destroy 3 expeditions commanded, respectively, by a lieutenant, a major and a colonel, all of them with trained soldiers, guns, ammunition, uniforms, and heavy artillery along with transport animals (horses, mules and cows). Even more, they brought lots of difficulty to the fourth and victorious expedition commanded by 2 generals and the war minister himself, Marshal Carlos Machado Bittencourt of the young Brazilian republic in the end of the 19 century, he organized and improved the supply chain becoming the greatest strategist of the Canudos war, in the future, he would become the patron of the Brazilian quartermaster service. The understanding of the mistakes and the logistic failures and difficulties founded by the legalist force have vital importance for the evolution of our doctrine and manuals. On this research, through documental analyses it was possible to understand the lack of details of these logistic problems faced by the Brazilian army, particularly by the soldiers who were fighting the rebels in the Brazilian northeast desert, many times facing the hot weather without any water or food, neither guns or adaptable uniform as well and also, lack of ammunition. It was demonstrated by a connection of past and present the lack of classes I,II and V supplies, using the current manual the army has treating about logistics, the “Manual Logística Militar Terrestre” (EB70-MC-10.238) aiming that the future generations could have enough data to oppose to any kind of situation that a world constantly more ambiguous and uncertain has to offer.

Keywords: Canudos. Military logistic. Supply. Marshal Bittencourt.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Sup	Suprimento
Cl	Classe
Sup Cl I	Suprimento Classe Um
Sup Cl II	Suprimento Classe Dois
Sup Cl V	Suprimento Classe Cinco
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Km	Quilômetros
Kg	Quilogramas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVO GERAL	12
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
2	REFERENCIAL METODOLÓGICO	13
3	REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO	17
3.1.2	Antônio Conselheiro	19
3.1.3	O Arraial de Belo Monte	20
3.1.4	Os conselheiristas.....	21
3.2	LOGÍSTICA MILITAR.....	22
3.2.1	Classes I, II e V.....	23
3.3	A LOGÍSTICA DENTRO DA CAMPANHA DE CANUDOS.....	24
3.3.1	Suprimento Classe I na campanha de Canudos.....	25
3.3.2	Suprimento Classe II na campanha de Canudos.....	28
3.3.3	Suprimento Classe V na campanha de Canudos	30
3.4	DECISÕES ACERTADAS PELO COMANDO NA 4ª EXPEDIÇÃO	33
3.4.1	A Divisão da força.....	33
3.4.2	A regularização dos comboios	34
4	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

A última década do século XIX foi de grande instabilidade política, econômica e social no Brasil. Isto é, a medida que o império havia ruído dando lugar a incipiente República, a nova ordem capitalista foi instaurada no território nacional sob objeções de diversos territórios do Brasil, especialmente na região Nordeste. A situação complica-se quando o presidente da província da Bahia, Luís Viana, e a Câmara Municipal de Salvador se posicionam claramente contra o governador em 1893 manifestando “fidelidade à causa da monarquia e instituições vigentes” (VILLA, 2002, p. 25).

Ademais, a insatisfação do sertanejo, figura típica do nordeste brasileiro resultado da miscigenação entre brancos e indígenas, cresce devido ao direito que os estados passaram a ter de cobrar vários novos impostos sob a face da nova República. Com isso, o sertanejo encontra na religião e no misticismo um ato de rebelião individual e procura uma sociedade simples e compreensível, uma terra sem mal onde não há tirania por parte dos latifundiários.

Sob essa ótica religiosa, Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Conselheiro”, funda na região norte do Estado da Bahia, o Arraial de Belo Monte (conhecido popularmente como Canudos) no ano de 1893. Essa região era uma fazenda abandonada, cercada pela vegetação caatinga, dominada pelo clima semiárido e solo pedregoso. Os primeiros habitantes foram pessoas próximas a Antônio Conselheiro, mas logo surge um intenso fluxo migratório em direção a Canudos, a maior parte de sertanejos fugindo da seca, da fome e da “exploração da República e das oligarquias” (VILLA, 2002, p. 28). Então, em 1896 surgem boatos de que Conselheiro iria invadir a cidade de Juazeiro para saqueá-la e o governador da Bahia pede ajuda ao Exército Brasileiro para desmembrar o Arraial de Belo Monte, iniciando uma das maiores campanhas militares internas da história do Brasil, a Campanha de Canudos. Assim, é oportuno entender quais foram os problemas logísticos que o Exército Brasileiro enfrentou nas quatro expedições a Canudos, que fizeram com que a tropa inimiga conseguisse resistir as investidas de uma força mais bem equipada e armada, mais numerosa e mais bem treinada por quase um ano de guerra, pois de acordo com Frank McCann a derrota das três primeiras expedições militares foi “inexplicável” (MCCANN, 2009, p. 64). Faz-se fundamental, ainda, compreender as soluções encontradas pelo comando da força legalista bem como salientar as lições aprendidas e a importância da organização logística no combate.

Há, ainda, outras questões que podem ser apontadas, como a participação do Marechal Carlos Machado Bittencourt, então ministro da guerra, que ao iniciar sua participação no combate organizando o fluxo de suprimento à tropa combatente foi o grande estrategista da

Campanha de Canudos, respeitando a máxima apontada pelo responsável da logística nos Exércitos de Napoleão Bonaparte, o Barão de Jomini “A logística é tudo ou quase tudo no campo de batalha, exceto o combate” (BRASIL, 2003, p.1-3).

Com base nesses questionamentos, este trabalho busca através da pesquisa bibliográfica e documental verificar se os problemas logísticos foram sim, a principal causa na derrota das 3 primeiras expedições a Canudos. Assim, foi encontrada uma lacuna no que tange a trabalhos de pesquisa científica esmiuçando os problemas de comida, transporte, fardamento, armamento e munição, bem como de pessoal que contribuíram para sucessivas derrotas das tropas brasileiras contra os rebeldes do Arraial de Belo Monte. Por fim, o principal objetivo desse trabalho é salientar os problemas cruciais que a falta de uma logística racionalizada, organizada e operacional podem ocasionar no Teatro de Operações e destacar as lições aprendidas para que os erros do passado possam vir a ser os acertos do futuro.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a defasagem logística do Exército Brasileiro nas quatro expedições a Canudos sob a ótica do Manual Logística Militar Terrestre, destacando como isso contribuiu para o prolongamento da campanha militar dando vantagem para os insurretos e salientar quais foram as soluções encontradas pelo comando da força na quarta e última expedição.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Apontar as falhas logísticas no que tange a transporte, alimentação, armamento, equipamento e pessoal nas quatro expedições a Canudos;
- 2) Avaliar como essa defasagem logística contribuiu para a vantagem dos insurretos contra o Exército Brasileiro;
- 3) Analisar como o comando da Campanha de Canudos solucionou os problemas logísticos encontrados nas expedições.
- 4) Destacar as soluções práticas que foram tomadas pelo chefes militares da última expedição que contornaram a problemática logística.

2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Em se tratando da metodologia, será proposto utilizar dados primários e secundários obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental, pois foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Visto que esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL,2008), tendo como objetivo a construção do referencial teórico.

Primeiramente, quanto ao nível de profundidade da pesquisa, vemos que seu objetivo fundamental é “identificar fatores que contribuem ou agem como causa para a ocorrência de determinados fenômenos. É o tipo de pesquisa que explica as razões ou os porquês das coisas.” Dessa forma, podemos classificá-la como sendo explicativa (LEONEL; MOTTA, 2007, p. 104, apud AMAN, 2019, p. 55).

Já quanto ao método de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, visto que esse tipo de pesquisa “desenvolve-se tentando explicar um problema e utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos etc” (AMAN, 2019, p. 58).

Por fim, quanto à abordagem, essa pesquisa pode ser definida como qualitativa, pois nesse tipo de trabalho não são utilizadas técnicas estatísticas no processo de análise dos problemas, tendo em vista que ele busca analisar uma situação particular e complexa, tal qual foram as problemáticas de Sup Cl I, II e V na Guerra de Canudos e refletir sobre as decisões certas do comando da última expedição, que pôs um fim à guerra. Vale salientar também que esse trabalho abrange os antecedentes como contexto histórico do Brasil na época (conflitos políticos, situação econômica e como era a sociedade baiana no interior), a figura histórica de Antônio Conselheiro, uma visão de como era o Arraial de Canudos e os sertanejos, e explorar os conceitos trazidos no Manual Logística Militar Terrestre quanto a suprimento e classes de suprimento.

Para desenvolver esta pesquisa científica, foi empregado o método histórico, tendo como base para a investigação textos contidos em documentos, livros, artigos científicos, revistas e sites relacionados, pois: “a validade do conhecimento produzido pela investigação histórica tem relação direta com as fontes de informações sobre os fatos ocorridos em tempo e espaço determinados” (AMAN, 2019, p. 48).

Como faseamento dessa pesquisa, inicialmente foi realizado um levantamento de diversas obras e conteúdos sobre o assunto, como livros, artigos divulgados em revistas e meios

eletrônicos e outros trabalhos acadêmicos sobre o tema da logística do Exército Brasileiro na Campanha de Canudos. Posteriormente, essas informações foram compiladas por meio do instrumento de pesquisa conhecido como fichamento e distribuídas de forma cronológica para facilitar seu entendimento. Após isso, procedeu-se uma análise dos acontecimentos históricos objetivando responder aos objetivos específicos inicialmente propostos, o que deu luz à análise do objetivo geral da pesquisa sobre como a defasagem de suprimento foi uma causa determinante na derrota legalista nas três primeiras expedições a Canudos. Como limitação principal desse trabalho, notou-se uma lacuna de estudos que detalham quais foram essas dificuldades logísticas, relatando os pormenores dos problemas enfrentados pelos militares que combateram em Canudos que possibilitou sucessivas derrotas para as forças legais.

No primeiro capítulo, é apresentada uma introdução ao tema analisado, sendo discutidos os procedimentos que foram utilizados para realização da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a metodologia da pesquisa, que guiou a execução do trabalho.

No segundo capítulo é explicada toda base teórica utilizada para desenvolver a pesquisa, explicando os antecedentes da Guerra de Canudos (contexto histórico, político, social e econômico), quem foi o líder desse movimento rebelde (Antônio Conselheiro) bem como os seus seguidores (os conselheiristas), ambientar o leitor ao local que ocorreu os fatos (Arraial de Belo Monte).

Após isso, será realizada uma abordagem geral de como o Manual Logística Militar Terrestre aborda os conceitos de logística e suprimentos classes I, II, e V. Então, será analisado como eram geridos tais classes de suprimento na campanha da força pública para o desmantelamento de Canudos e as decisões acertadas do comando da tropa que culminaram com a vitória da força pública na 4ª Expedição.

A presente pesquisa irá limitar-se aos aspectos logísticos de suprimentos classe I, II e V na campanha contra Canudos, esmiuçando as adversidades encontradas para suprir de forma efetiva a tropa em combate e, ao final, apontar quais foram as decisões que culminaram na vitória do Exército Brasileiro após três expedições militares derrotadas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A insurreição ocorrida em Canudos constitui de fonte rica para o estudo de estratégias militares, manobras e logística, “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2002, p.75). Nesse quesito, essa rebelião serviu como fonte de estudos, não só para a guerra em si ou para a região do interior da Bahia, ela perpassou gerações e atravessou continentes de terra firme e oceanos, tamanhos são os ganhos e benefícios militares do estudo aprofundado do que ocorreu nessa revolta, “a intensidade da peleja conselheirista e sua repercussão nacional preencheram os arquivos particulares e os públicos, de todos os dezessete estados da federação à época, mostrando que de uma guerra passa-se facilmente para várias guerras.” (PINHEIRO, 2009, p. 24).

Nesse capítulo serão apresentadas visões de historiadores e pesquisadores que contribuíram anteriormente para o tema da logística no que tange a Campanha de Canudos com o intuito de uniformizar os critérios e propiciar uma leitura agradável e entendível dos capítulos que constituirão este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os principais conceitos são: contexto histórico, a figura de Antônio Mendes Maciel (o Conselheiro), O Arraial de Belo Monte, os Conselheiristas e a definição de logística militar e as classes de suprimento estudadas nesse trabalho científico. A seguir, será exposto um esboço do que será retratado na presente pesquisa com o fim de ambientação para leitura vindoura.

Em primeiro plano, será estudado o contexto histórico em que ocorreu a Guerra de Canudos, visto que o Brasil se encontrava em enorme instabilidade política decorrente de pobreza, desigualdade social, violência, despotismo estatal e fanatismo religioso. Notamos que houve uma série de outros conflitos em um período próximo ao de Canudos como a Guerra do Contestado, Revolta da Chibata e Revolta da Vacina. Os projetos políticos da época eram extremamente limitados ao Rio de Janeiro, capital política da época e nenhum tipo de assistência governamental chegava ao interior do nordeste, “o Exército, então no poder, encontrava-se desorganizado, parte significativa do território nacional permanecia alheia às autoridades e um setor da Igreja não compreendia o universo da caatinga” (OLIVEIRA, 2000, p. 24 e 25).

É nesse momento histórico e nessa região interiorana do país que nasce a figura do Conselheiro, Antônio dos Mares, Antônio Conselheiro, Santo Antônio Aparecido ou simplesmente, peregrino, como também podia ser chamado, mobilizou milhares de sertanejos insatisfeitos com a nova república. Na análise do historiador José Calasans a historiografia

sobre o Conselheiro se divide em três fases: a primeira de 1874 a 1902 (quando o peregrino surgiu em Sergipe, até a publicação de “Os sertões” do militar e jornalista Euclides da Cunha), a segunda até a década de 50 do século XX. A terceira fase consiste na revisão da literatura da guerra a luz de modernas contribuições tanto sociológicas quanto históricas. (CALASANS, 1986, p. 1).

O Arraial de Belo Monte, como era chamado pelos fiéis, “estabelecido às margens do rio Vaza-barris abrigava o segundo maior contingente populacional da Bahia, mesmo sem contar com qualquer auxílio das autoridades civis ou religiosas.” (RODRIGUES; LIMA, 2021, p. 200). Segundo Frei João Evangelista, assim os sertanejos de Canudos promoviam o seu arraial: “ali, porém, nem é preciso trabalhar, é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milho os barrancos” (MARCIANO, 1987). Constituída de verdadeira fortaleza, com milhares de casebres que propiciavam cobertas e abrigos para os conselheiristas, capazes de resistir por quase um ano de artilharia pesada, o Arraial foi o palco da batalha e foi um verdadeiro empecilho as tropas do governo.

Quanto aos conselheiristas, eram os seguidores de Antônio Conselheiro, gente humilde e simples do interior da Bahia e outros municípios que o Conselheiro convencia de seguir com ele nas peregrinações, se opunham ao governo republicano e suas políticas, incluindo impostos e leis. Eles acreditavam em uma sociedade mais igualitária baseada em valores cristãos e se recusavam a pagar impostos, argumentando que a terra e tudo o que havia nela era um dom de Deus. A maior parte deles se sentiam abandonados pelo advento da república e das modernizações, segundo Walnice Galvão “As populações interioranas crentes nesse catolicismo rústico, mais habituadas a um tipo de dominação tradicional estruturada pelo patriarcalismo, receberam mal os primórdios de uma modernização que as atingiu em vários pontos do país.” (GALVÃO, 2001, p. 30), essas pessoas atraídas por uma promessa de fuga aos males republicanos chegavam frequentemente em Canudos, aumentando a população nesse povoado exponencialmente, vivendo num regime comunitário, onde não havia posses individuais e o trabalho, bem como a religião eram cultuados diariamente.

Por fim, a logística militar e as classes de suprimento serão estudadas com a finalidade de entender minuciosamente as problemáticas enfrentadas pelo exército nas quatro expedições a Canudos, explorando as falhas logísticas de comida e água, fardamento e armamento e munição, respectivamente classes I, II e V. Os conceitos de classe de suprimento foram retirados do Manual Logística Militar Terrestre, documento que serviu como referência nos conceitos técnicos que o presente trabalho abordará nesta pesquisa científica. Dessa forma, será feita uma espécie de “ponte” ou conexão entre o passado, visto que no período em que decorreu o conflito

em Canudos não se utilizava esses conceitos supracitados de classes de suprimento, e o presente, com a doutrina logística que, no ano de 2023, é utilizada pelo Exército Brasileiro.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

No final do século XIX, a Bahia apresentava uma decadência econômica em relação às áreas do centro-sul do país, em particular nas áreas cafeeiras que obtinham a maior parte da economia durante o final do império, concomitante a instabilidade política baiana que tinha sua oligarquia dividida entre os adeptos da nova república e os que eram favoráveis ao antigo império (VILLA, 2002, p. 24).

A república havia sido proclamada pois a base social que apoiava o império estava desgastada, isto é, a nova burguesia agrária ligada ao café atritava com a força centralizadora do império, que não deixava os estados terem sua autonomia no tocante à constituição e atividades de exportação. Os militares do Exército também aspiravam por maior participação política e assim como os civis, ansiavam por um regime mais democrático (COIN, 1995, p. 12).

Para entender o declínio do império, a questão religiosa também tem relevante importância, pois assimila o início do desentendimento entre o clero e o estado monárquico, os padres e sacerdotes eram subordinados ao imperador D. Pedro II. “O conflito desencadeou-se quando dois bispos, de Olinda e do Pará, se opuseram a decisão de Dom Pedro II, não acatando a Bula Syllabus, na qual o Papa Pio IX proibia a participação dos católicos na Maçonaria.”

(COIN, 1995, p. 12). Os padres, que acabaram sendo condenados a trabalhos forçados, receberam anistia, mas os laços entre a igreja e o império haviam se desgastado.

Concomitante a questão religiosa, a questão militar também foi importante para a ruína do império, “As leis imperiais proibiam os militares de qualquer pronunciamento público sobre problemas políticos e, por esse motivo, foram punidos, com exoneração de seus cargos o tenente-coronel Sena Madureira e o coronel Cunha Matos” (COIN, 1995, p. 12). No entanto, após a Guerra da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro ganhara muito prestígio perante a sociedade e a punição do imperador desgastou outra importante base do governo de D. Pedro II.

A república foi proclamada no dia 15 de novembro de 1889, colocando em destaque os militares e a oligarquia cafeeira e foi marcada por grande instabilidade política. O governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, utilizando os ideais positivistas que nortearam a Proclamação da República, iniciou o processo de separação entre igreja e estado. “O casamento civil obrigatório, a garantia de liberdade religiosa, e a secularização dos cemitérios serão

incorporados à constituição de 1891 – apesar da resistência da igreja” (VILLA, 2002, p.40). Todavia, para o sertanejo “A República significou o crescimento da exploração, pois aos Estados foram concedidos o direito de cobrar vários impostos e a autonomia política suficientemente ampla para conciliar os interesses das oligarquias.” Com isso, o sertanejo sentia-se marginalizado do progresso da nova ordem política e econômica. Eles utilizam, então, a religião como subterfúgio. A linguagem religiosa e seus paradigmas dão ao sertanejo os instrumentos para elaborar a construção de um projeto alternativo ao da classe dominante (VILLA, 2002, p. 28).

No que diz respeito a divisão fundiária e ao trabalho que existia na Bahia, para Marco Antônio Villa:

Os últimos anos do Império e os primeiros da República representavam, para a Bahia, um momento de estagnação econômica com evidentes reflexos na política regional. As intestinas lutas pelo poder, a constante tensão, a alta rotatividade no governo do Estado - de 1889 a 1892 foram sete governadores em menos de dois anos e meio - demonstram a enorme dificuldade da oligarquia baiana de estabelecer um projeto político estável. Com o esvaziamento econômico foram reforçados os laços de dominação, principalmente no campo, impedindo o paulatino estabelecimento de uma ordem pública que reduzisse o poder privado dos latifundiários. A presença permanente da seca e a ausência de uma política pública para enfrentá-la, as constantes divergências intra-oligárquicas - que se intensificam no momento das eleições - transformaram o período em um martírio permanente para a população sertaneja. Os grandes temas nacionais (República, federalismo e outros) somente interessavam à elite, pois passavam ao largo das questões essenciais à sobrevivência dos sertanejos. O novo regime, na medida em que aprofundou os conflitos entre os dominantes pelo controle da república, representou para a sofrida população rural uma intensificação da exploração econômica (VILLA, 2002, p. 127).

A historiadora Consuelo Novais Sampaio também faz uma reflexão no que tange a base social baiana, o que é uma rica fonte para se entender o porquê de tantas pessoas terem optado por se juntar ao beato:

A massa da população, na base da pirâmide, vivia em miseráveis condições de vida. A maioria esmagadora desse estrato inferior encontrava-se na zona rural, trabalhando sob condições semi-serviis, ou numa situação mista de assalariado e pequeno agricultor. As formas precedentes de escravidão foram substituídas pela subordinação econômica e submissão pessoal, agravada pelo aprimoramento das relações paternalísticas sob novo regime republicano. As migrações rurais, constantes em todo o período, contribuíram para agravar o problema da mão-de-obra no campo e para engrossar a população marginalizada das cidades, principalmente na Capital. (...), a maioria esmagadora da camada inferior da sociedade era constituída de analfabetos e, segundo as regras elitistas do jogo político, estava impedida de manifestar-se politicamente, através do voto (SAMPAIO, 1999, p. 40).

3.1.2 Antônio Conselheiro

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, era de uma família conhecida em Quixeramobim no Ceará. Seu pai, Vicente Mendes Maciel era comerciante e ex vaqueiro, casou-se duas vezes, tendo outras duas filhas, “Ele próprio um bastardo, conforme os documentos, o filho e as duas filhas do primeiro casamento seriam bastardos também, pois só se casaria com a mãe deles, Maria Joaquina, in extremis — ela faleceria em 1834, quando o filho tinha apenas quatro anos .” (GALVÃO, 2001, p. 20).

O pai do menino desejando um futuro melhor para o filho, pensou em incentivá-lo a carreira eclesiástica. Caso o primogênito tivesse alcançado tal posição, significaria um inegável processo de ascensão social para uma família de origens humildes (MACEDO; MAESTRI, 2004,p. 16). Não há muitas fontes e dados que tratem da infância de Antônio Conselheiro, nas palavras dos escritores Rivair Macedo e Mário Maestri “Não sabemos muito mais sobre os primeiros anos da vida do menino Antônio, o certo é que, na infância e na adolescência, ele recebeu uma educação institucional bastante superior à média de seu tempo. Mesmo não completando os estudos na capital.”

Após a morte de seu pai, Antônio Conselheiro vendeu o estabelecimento comercial da família e mudou-se para Sobral onde iniciou uma vida errante e de peregrinação. O político e historiador brasileiro João Brígido (1829-1921) acredita que foi em Itu que Conselheiro “perdeu a razão”, pois um sargento do Exército havia fugido com sua cômputo (GALVÃO, 2001,p. 22). Também não são precisas as informações acerca da peregrinação de Antônio Maciel, no entanto é comum a versão de que Antônio Maciel, após forte golpe emotivo, mergulhou a fundo nos sertões do Brasil e se transformou em uma das figuras mais controversas do início da república (MACEDO;MAESTRI, 2004, p. 21).

É inegável o fato de que Antônio conselheiro tinha um dom extraordinário de convencer pessoas: nas andanças pelas comunidades do interior, concretizou-se a vocação espiritual do peregrino:

O andarilho, ao longo de vinte anos, desenvolveu uma obra religiosa, com conotação política e social, por todo o sertão nordestino; acumulou adeptos e seguidores; foi admirado e respeitado pela população humilde; foi cortejado e protegido, temido e combatido, pelas autoridades religiosas e civis (MACEDO; MAESTRI, 2004,p. 29).

Antônio Conselheiro passou a ser uma figura de misticismo, alguns o consideravam santo e outros uma fraude. É inegável que, com as andanças pelo sertão, ele levava uma vida humilde e de estoicismo, usava barbas e cabelos compridos e um camisolão de brim azul.

“Comia frugalmente, dormia no chão duro ou sobre alguma tábua. Ele e seus acompanhantes viviam das esmolas recebidas.” (MACEDO;MAESTRI, 2004,p. 30). Ele tinha uma grande capacidade de liderar e mobilizar pessoas, e muitos de seus mais valerosos aliados eram criminosos condenados e procurados pela justiça baiana na época, como João Abade e Pajeú, dois famosos cangaceiros do final do século XX. O jornalista Euclides da Cunha descreveu seus seguidores como “no geral, gente ínfima e suspeita, avessa ao trabalho, farândola de vencidos da vida, vezada à mandria e à rapina.” (CUNHA, 1905, p. 164).

3.1.3 O Arraial de Belo Monte

Após vários embates entre a força policial baiana e os conselheiristas, Antônio Conselheiro decide acabar com a peregrinação e fundar um lugar fixo para seus seguidores, “Há muito o Conselheiro pregava a existência de uma terra prometida, um lugar santificado distante das instituições terrenas, onde alguns, como recompensa por uma vida penitente, viveriam com fartura.” (COIN, 1995, p. 25).

Quando chegaram ao norte do estado depois de uma longa e tortuosa caminhada, encontraram uma fazenda abandonada, às margens do Rio Vaza-Barris, que originalmente pertencia ao Barão de Jeremoabo, político rico e influente na época. Havia umas velhas casas de pau a pique e uma igreja, tudo em ruínas.

A localização era ideal: terras abundantes, isoladas no sertão e protegidas por várias serras. A estrada de ferro mais próxima ficava em Queimadas, a 200 km. De lá para o Arraial, só a pé ou em lombo de animal – viagem dificultada pelo terreno acidentado e a caatinga dominante. O local foi muito bem escolhido, pois sendo de difícil acesso, permitia uma organização salvaguardada das autoridades governamentais (COIN, 1995, p. 26).

O arraial recebeu o nome de Belo Monte, mas era conhecido popularmente como Arraial de Canudos, pois o grupo de pessoas que viviam ali fumavam um cachimbo cujo cabo media 1 metro de extensão que era extraído de uma planta conhecida como canudo-de-pito que existia em abundância nas margens do Rio Vaza-Barris.

As atividades econômicas eram rudimentares e primárias, “Para começar, uma parca agricultura de subsistência, consistindo principalmente de mandioca para o preparo de farinha e de cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura, ambas mal vingando nos lugares onde era possível prevalecer-se de alguma umidade.” (GALVÃO, 2001, p. 42). Acriação de cabras (que era um dos únicos animais a não perecer na caatinga sem água ou pasto) era o “carro chefe” da

economia, por onde provinha o couro que depois de curtido era vendido nas localidades próximas. Em Canudos, todos trabalhavam mas a terra era propriedade coletiva, tudo o que era produzido pertencia à comunidade e cada um recebia uma cota de acordo com a necessidade. Os fiéis trabalhavam o dia todo e, ao final da tarde, participavam da missa na igreja da matriz, que era presidida por um padre adepto a Antônio Conselheiro (COIN, 1995, p. 27).

3.1.4 Os conselheiristas

A estrutura societária do Arraial de Belo Monte era de extrema singularidade na época, pois apesar de não ser uma comunidade igualitária de modo absoluto, como outros regimes e sociedades mais primitivas, não existia a propriedade privada da terra e quem chegasse poderia erguer seu barraco sem pagar nada a ninguém (GALVÃO, 2001, p. 47).

Havia uma forte e organizada estrutura militar, que conseguiu com sucesso fazer frente às três expedições do Exército Brasileiro a Canudos. O estado-maior, conhecido como “guarda católica” eram doze dos mais leais apóstolos armados, em referência bíblica. Esses eram uniformizados e armados, além de serem responsáveis pela segurança privada do Conselheiro (GALVÃO, 2001, p. 48). Em seguida, vinha a Companhia do Bom Jesus ou Santa Companhia, bem mais numerosa. Segundo quem a viu pessoalmente, contava cerca de mil cabeças, 800 homens e 200 mulheres, todos uniformizados, vestiam calças e camisas de algodão azul, cobriam a cabeça com um gorro azul e calçavam alpargatas (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 73).

Para chefiar o arraial ao seu lado, Antônio Conselheiro tinha alguns “generais” que chefiavam os setores críticos, como o militar, o social, o econômico a saúde entre outros. Primeiramente, há a figura mística de João Abade, bandido e assassino conhecido no sertão baiano que era o líder da guarda católica, conhecido como comandante da rua. Combatente ilustre foi o pernambucano Pajeú — apelido sem nome, indicando sua procedência, Pajeú de Flores, celeiro de valentões —, salteador negro, ex-soldado ou ex-policial, famoso por sua imaginação tática ao elaborar ardis guerrilheiros em vários lances da guerra. Antônio Beatinho cuidava dos anseios pessoais do Conselheiro, era como um escudeiro, ou serviçal que estava sempre acompanhando e servindo seu líder, puxava terços e organizava as missas. Também há Joaquim Macambira, comerciante e dono de loja, era um chefe civil importante, organizava o fluxo da logística interna do Arraial de Canudos e os assentamentos dos jagunços. Outro aliado seu, o Leão de Natuba, era o escriba que redigia as cartas e as pregações de Antônio

Conselheiro, entre outros indivíduos que obtinham a confiança do beato para setores estratégicos do Arraial (GALVÃO, 2001, p. 50).

3.2 LOGÍSTICA MILITAR

De acordo com o Manual de Campanha Logística Militar Terrestre: “A Logística tem papel fundamental para o sucesso das operações militares. Deve ser planejada e executada desde o tempo de paz, estar sincronizada com as ações planejadas e assegurar que os recursos sejam disponibilizados a todos os níveis apoiados” (BRASIL, 2018, p. 1.1). Outro modo de visualizar a questão logística pode ser todas as atividades na guerra que são condições ou preparatórias para o enfrentamento. Para uma análise crítica da guerra, é necessário considerar o desempenho dessas atividades para que as forças combatentes estejam prontas para serem utilizadas.

A logística apresenta um ciclo de três fases, que muitas vezes se misturam ou se complementam: a determinação das necessidades, a obtenção, e a distribuição. Como exemplificado: “Essas fases são intercambiáveis entre si, ocorrendo situações em que a obtenção para um determinado escalão constitui a distribuição para o escalão superior (BRASIL, 2018, p. 2-21).”

Na fase determinação das necessidades, ocorre a identificação, por parte do usuário, dos planos propostos pelo escalão superior e da missão a ser cumprida, é a base das próximas etapas, visto que define e calcula quais os recursos logísticos necessários. E sua complexidade decorre da necessidade de antecipar a demanda, para sustentar a capacidade operativa, constituição de reserva e itens de dotação específica (BRASIL, 2018, p. 2-22).

Posteriormente, ocorre a obtenção, onde são identificadas as fontes dos recursos necessários e sua aquisição “A obtenção de bens ou serviços ocorre conforme disposições legais em vigor, por intermédio de doação, compra, contratação de serviço, confisco, contribuição, pedido, requisição, desenvolvimento, troca, empréstimo, arrendamento mercantil, transferência e convênio (BRASIL, 2018, p. 2-22).

Por fim, há a distribuição, que se traduz em fazer chegar ao usuário em tempo e local oportunos, os meios levantados na fase de determinação das necessidades, para se fazer um sistema de distribuição eficiente, a flexibilidade e a adaptabilidade são essenciais.

Dentro da doutrina do Exército Brasileiro, os tipos de suprimentos são agrupados em 10 classes através do sistema de catalogação militar. Essas classes são divididas de acordo com a finalidade de seu emprego (BRASIL, 2018, p. 3-2). Serão objeto de estudo nessa pesquisa, as Classes I, II e V.

3.2.1 Classes I, II e V

Na divisão do Manual Logística Militar Terrestre, ocorre a divisão por dois tipos de sistema de classificação de suprimentos, o primeiro chamado de “Sistema de Classificação por Catalogação” é definido por:

Codificação padronizada de material, por meio da atribuição de símbolos aos materiais (exemplos: código, nomenclatura, descrição, modificações, componentes intercambiáveis, fabricantes, usuários e outros), estabelecendo uma linguagem única entre os atores envolvidos, disseminada mediante publicações adequadas para identificar cada item catalogado (BRASIL, 2018, p. 3-1).

Esse tipo de classificação não será objeto de estudo neste trabalho científico. Será estudado o “Sistema de classificação Militar”, que é definido como: “agrupa os itens de suprimento em classes, conforme a finalidade de emprego. É utilizado nas fases iniciais dos planejamentos logísticos e na simplificação de instruções e planos.” (BRASIL, 2018, p. 3-2).

Especificamente, as classes de suprimento classes I, II e V serão mais profundamente analisadas, pois a escassez desses suprimentos foi sentida de maneira mais profunda pelas forças legalistas que investiram contra Canudos. De Maneira resumida tem-se que:

Classe I - Subsistência, incluindo ração animal e água.
Classe II - Material de intendência, englobando fardamento, equipamento, móveis, utensílios, material de acampamento, material de expediente, material de escritório e publicações. Inclui vestuário específico para Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN).
Classe V - Armamento e munição (inclusive DQBRN), incluindo foguetes, mísseis, explosivos, artifícios pirotécnicos e outros produtos relacionados. (BRASIL, 2018, p. 3-2)

A função logística estudada será a “Função Logística Suprimento”, que é definida de acordo com o Manual de Campanha Logística Militar terrestre como: “Esta Função Logística refere-se ao conjunto de atividades que trata da previsão e provisão de todas as classes, necessário às organizações e às forças apoiadas. Tem como atividades o levantamento das necessidades, a obtenção e a distribuição.” (BRASIL, 2018, p. 3.1)

3.3 A LOGÍSTICA DENTRO DA CAMPANHA DE CANUDOS

Analisando o Exército Republicano, foi observado, durante toda a campanha de Canudos (12/11/1896 – 05/10/1897), a falta de uma logística pensada desde os tempos de paz, que pudesse atender prontamente a demanda da tropa. Percebe-se que, a partir de novembro de 1896 quando a Primeira Expedição liderada pelo Tenente Pires Ferreira parte para o sertão nordestino e enfrenta os rebeldes em Uauá, não há uma cadeia logística eficiente entre Base de Apoio Logístico e a tropa apoiada, situação precária que permeia até a entrada do Marechal Carlos Machado Bittencourt na guerra em agosto de 1897. Um ponto em comum se destaca em todas as frustradas tentativas de conter o foco insurrecional que irradiava de Canudos: a sustentação da tropa enviada para o sertão. Nenhuma das expedições disponha de uma adequada cauda logística para fazer frente à ameaça (VALENTE, 2019, p. 15).

Tornou-se evidente a dificuldade encontrada pelos comandantes da tropa republicana em coordenar o suprimento de suas forças, principalmente devido às problemáticas de transporte e progressão no sertão, pelo seu clima abrasador de temperaturas elevadas e sem chuvas juntamente com o solo pedregoso e a vegetação da caatinga que acabava sendo impeditivo aos comboios de muares e animais de tração. Até mesmo a tropa a pé era impedida em determinados casos, fato que ocasionou a partida sem os recursos necessários por parte das forças governistas, como disse o próprio Tenente Pires Ferreira, o comandante da primeira expedição: “no sertão, mesmo antes do pleno estio, é impossível o caminhar de homens equipados, ajoujados de mochilas e cantis, depois das dez horas da manhã.” (CUNHA, 1905, p. 169).

A Primeira Expedição foi comandada pelo Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira formada por 113 soldados, oficiais, médico e guias recrutados nas forças do estado da Bahia, destacamento do 9º Batalhão de Infantaria do Exército. Quando acampava pelo Arraial de Uauá, que fica distante de Canudos 114 quilômetros aproximadamente, foi surpreendido pelos sequazes do Conselheiro, em número de 130 mais ou menos (MILTON, 1897, p. 39). Terminando com a retirada das tropas do Tenente e a primeira derrota frente aos rebeldes.

Em janeiro de 1897 o Major Febrônio Pereira de Brito investiu com 11 oficiais, 600 soldados, 3 canhões Krupp, 3 metralhadoras e 170 mil cartuchos (VILLA, 2002, p. 43). No entanto, na manhã do dia 19 de janeiro os rebeldes conseguem fazer a tropa legalista recuar a Monte Santo, frente a um ataque surpresa fulminante e o governo sente pela segunda vez a derrota frente aos conselheiristas.

No mês seguinte, o Coronel Moreira César lidera a 3ª Expedição e parte para o sertão com 1200 soldados, 4 canhões Krupp e com munições e equipamentos suficientes para, segundo o Coronel, destruir Canudos (VILLA, 2002, p. 45). Todavia, após resistir ao intenso poder da artilharia do Exército Brasileiro, os jagunços conseguem atingir o Coronel Moreira César e matá-lo. Os conselheiristas atacaram a retaguarda da tropa causando pânico generalizado e os soldados não mais atenderam aos oficiais (VILLA, 2002, p. 46). Findava a 3ª Expedição, com mais uma derrota legalista, ocasionada, entre outros fatores, pela falta de logística no que tange ao Suprimento Cl V e pessoal.

Em março de 1897, chega à capital baiana o General Artur Oscar, comandante do 2º Distrito Militar e chefe da quarta expedição, e estabelece na cidade de Queimadas a Base de Operações. Inicialmente, essa expedição contava com 5.000 homens, mas até junho perdeu-se quase 1000 vidas em combates e Artur Oscar solicitou reforços ao governo federal. Em agosto, os reforços chegam a Salvador e o total de soldados vai alcançar de 8.000 a 10.000 homens vindos de vários batalhões do exército de todo o país e de quatro batalhões das polícias estaduais da Bahia, Pará, Amazonas e São Paulo. Como medida de segurança e para afim de manobrar a tropa sobre Canudos, o General divide sua tropa em duas colunas, uma sob o comando do General João da Silva Barbosa, operando desde Monte Santo e a segunda comandada pelo General Cláudio do Amaral Savaget, operando desde Aracaju. (VILLA, 2002, p. 58). Com a expedição seguiu um comboio com 600 cabeças de gado, 285 muares, 7 carretas com sal, farinha, açúcar, aguardente e alfafa, 50 carros de tração e 200 cargueiros. (VILLA, 2002, p.59). Apesar da enorme quantidade de meios e pessoal desdobrados no terreno para liquidar Canudos, o Exército sofria difíceis reveses e é enviado a Bahia no dia 6 de agosto de 1897, o Marechal Carlos Machado Bittencourt, então Ministro da Guerra. A reorganização proporcionada pelo Marechal Bittencourt marcou um ponto de inflexão na sorte do conflito. O moral da tropa foi elevado e a batalha final teve início no dia 1º de outubro resultando na capitulação do Arraial de Canudos (VALENTE, p.15, 2019).

3.3.1 Suprimento Classe I na Campanha de Canudos

A primeira expedição, comandada pelo Tenente Pires Ferreira, partiu de Juazeiro a Belo Monte e após 192 km de marcha, acamparam no Arraial de Uauá, onde foram surpreendidos pelos conselheiristas que forçaram a tropa a retroceder. Contudo, no meio da emboscada inimiga, a força pública conseguiu responder fogo aos rebeldes, fazendo-os recuar em sua investida e não prosseguiram mais devido, entre outros fatores, a fome da tropa, conforme

consta o relato do próprio Tenente Pires Ferreira: “Não levei mais longe a perseguição e mandei tocar a retirar, por constar-me achar-se um grande reforço deles um pouco adiante, e por estar a nossa gente cansada e sem alimentar-se desde a véspera” (MILTON, 2003, p. 48). Os problemas com Sup Cl I não foram mais acentuados devido a curta duração do combate, mas ficou evidente que a falta de abastecimento da Base de Operações até o local do combate seria um fator determinante para um insucesso de uma campanha mais demorada: “era uma longa distância, em terreno inóspito, sob o duro sol do verão. Entre aqueles dois pontos, havia apenas pequenos e miseráveis pousos e fazendas, como Lagoa do Boi, Caraibinhas, Mari, Mucambo e Rancharias.” (MACEDO; MAESTRI, 2004, p.93). Assim conclui-se que devido a distância entre Juazeiro e Canudos, tornar-se-ia insustentável a permanência no combate com tão poucos locais de abastecimento de Sup Cl I para tropa do Tenente Pires Ferreira.

Na segunda expedição, sob a chefia do Major Febrônio de Brito, as tropas desembarcaram em Queimadas, distante de 200km de Juazeiro. Queimadas era uma pobre vila, com algumas praças, algumas ruas e umas duzentas casas maltratadas (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 97). Os erros premeditados de uma campanha militar mais duradoura que a primeira expedição foram concretizados quando, após dois dias de marcha, distando somente 10km do Arraial de Belo Monte, onde já se entrincheiravam os conselheiristas, a comida da tropa havia acabado. O Major, por acreditar que a artilharia acabaria rapidamente com o combate, não deu importância a escassez de Sup Cl I e seguiu no combate (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 102). Foi descrito por Euclides da Cunha em sua obra “Os sertões”, que quando os últimos bois utilizados para transporte foram abatidos visando a alimentação da tropa faminta, o combate já estava moralmente acabado: “Foram abatidos os dois últimos bois para quinhentos e tantos combatentes. Isso valia por um combate perdido”. (CUNHA, 1902, p. 161). Outrossim, a falta de água potável comprometia a segurança alimentar e por conseguinte a saúde dos militares “Na lagoa do Cipó, onde os soldados haviam matado à sede, boiavam cadáveres da contenda.” (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 100).

A terceira expedição colocou-se em marcha, deslocando-se para Monte Santo e depois em direção do arraial de Belo Monte. Apesar de duas expedições anteriores fracassadas os problemas com Sup Cl I continuava, os mantimentos não eram suficientes para suprir a demanda da tropa durante toda guerra. Em particular, a falta de água era o que mais assolou os militares da terceira expedição, “mas para a sede inatural que resulta da quase completa depleção das veias esgotadas pelo suor, encontraram-se, ali, na profundura de uma cava, alguns litros d’água.” (CUNHA, 1905, p. 189). O comando decidiu, para tentar conseguir água durante

a marcha para o combate, levar uma bomba d'água junto com a tropa, decisão que se mostrou ineficiente.

Procurou-se cravar o tubo da bomba artesiana. A operação, porém, e os seus efeitos eram impacientemente aguardados, resultou inútil. Era inexequível. Ao invés de um bate-estacas cujas pancadas fizessem penetrar os tubos, haviam conduzido aparelho de função inteiramente oposta, um macaco de levantar pesos (CUNHA, 1902, P. 189).

Com a derrota da 3ª expedição, o conflito acabou mobilizando os setores políticos e a opinião pública e o exército passou a articular uma das mais amplas e bem montadas campanhas na época, tomando proporções de guerra civil (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 48). Comandada pelo General Artur Oscar, a quarta expedição foi dividida entre duas colunas com três brigadas em cada uma, as forças militares partiriam de Queimadas e de Aracaju, de onde se dirigiriam, passando por Monte Santo e Jeremoabo, respectivamente, sobre o arraial rebelde. Nessa expedição, foi dado muito mais importância ao apoio logístico tendo equipes completas encarregadas com essa única função, porém, mais uma vez as tropas legalistas foram surpreendidas pelas resistências sucessivas e insistentes dos insurretos, “Além da inesperada resistência dos adversários, as tropas militares passavam por grande dificuldade de abastecimento, sobretudo de gêneros alimentícios” (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 56). Os rebeldes emboscavam os comboios de víveres, dificultando o ressuprimento da tropa “Caíam vítimas de uma estratégia bem-sucedida dos caboclos: em vez de ataques frontais e maciços, os conselheiristas combatiam em pequenos grupos isolados, atacando os comboios de víveres, impedindo e dificultando a revitalização das unidades militares.” (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 57). A fome dos militares em certo ponto era tão grande, que os conselheiristas passaram a utilizar-se dessa condição para fazer emboscadas, conforme retrata o jornalista do “Jornal do Comércio” Manuel Benício:

Comandante de batalhão já tenho visto pedir humildemente um punhado de farinha. Calculem que quando a fome entra pela barraca dos oficiais está dormindo nas dos soldados. Estes atiram-se pelos matos à procura de bodes, muitos morrem baleados. Os jagunços reúnem até, nos cercados, bois e cabras e ficam ocultos por detrás dos cercos. Os famintos soldados arrojaram-se sobre os ruminantes, matam-nos e eis que cheios de alegria tentam soltá-los, quando chove sobre eles uma saraivada de balas certeiras que fazem fugir os mais felizes (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 136).

A principal falha era a falta de um depósito ou armazém de Sup Cl I para armazenagem e distribuição de víveres e água: “Não havia um serviço de fornecimento organizado, de sorte que numa base de operações provisória, ligada ao litoral por uma estrada de ferro, foi impossível conseguir-se um depósito de víveres.” (Cunha, 1905, p. 223). Dessa maneira, a tropa não

conseguia permanecer abastecida no combate. Nota-se que o fluxo de suprimento entre a Base de Operações em Queimadas era ineficaz:

O deputado do Quartel-Mestre-general não conseguira sequer um serviço regular de comboios, que partindo de Queimadas abastecessem a base das operações, de modo a armazenar reservas capazes de sustentar por oito dias a tropa. De sorte que ao chegar o mês de Julho, quando a 2ª coluna, atravessando Sergipe, se abeirava de Geremoabo, não havia em Monte Santo um único saco de farinha em depósito (CUNHA, 1905, p. 224).

Alguns meses após o início da 3ª expedição, a comida acabou-se completamente, e o único meio que os soldados tinham para não morrer de fome era a caça. “A partir de 2 de Julho só houve gêneros — farinha e sal, nada mais — para os doentes. As caçadas faziam-se, pois, obrigatoriamente, a despeito dos maiores riscos.” (CUNHA, 1905, p. 256). E isso possibilitava, como visto anteriormente, que a tropa inimiga utiliza-se de emboscadas e ataques surpresas contra os militares famintos tornando a desnutrição e a fome, os inimigos mais letais do Exército Brasileiro na ocasião.

3.3.2 Suprimento Cl II na Campanha de Canudos

Os uniformes do Exército Brasileiro não eram adaptáveis ao ambiente da caatinga em 1896 no início da Campanha de Canudos, “O termo “uniforme” significa: “aquilo que tem uma só forma e cujas partes que o compõem são exatamente iguais entre si”. Uniformes militares, por sua vez, pode ser definido como: “Uniforme - vestuário e calçado padronizado que caracteriza os militares do Exército” (BRASIL, 2019).

Não houve mudança no que tange ao fardamento desde a primeira expedição até a quarta expedição fazendo os militares brasileiros sofrerem com o calor intenso, o solo pedregoso e ar seco, características do clima semiárido. Até os primeiros dias após a Proclamação da República, os trajes dos militares brasileiros eram dotados de particularidades semelhantes às dos exércitos europeus, em especial àquelas dos uniformes utilizados em Portugal. Eram, portanto, confeccionados com tecidos incômodos, cujas cores se destacavam, além de possuírem chapéus e coberturas peculiares ao Exército Lusitano.

Pode-se concluir que a força pública, nas quatro expedições, sofreu um impacto considerável em sua operacionalidade pelo simples fato de não adaptar o uniforme ao ambiente, dando vantagem ao jagunço no que tange ao conforto pessoal, camuflagem e mobilidade. Em seu relatório, o Tenente Pires Ferreira, comandante da 1ª Expedição detalha as eventualidades que a tropa legalista sofreu na marcha de Juazeiro a Uauá:

Muitas praças tiveram ainda algumas peças de seus uniformes perdidas por completamente inutilizadas, como fossem túnicas de flanela cinzenta e calça de pano garança, rasgadas pelos galhos das árvores e espinhos das picadas, estrada, etc. Algumas perderam na marcha as gravatas de couro, outras tiveram no combate os gorros e os capotes crivados de balas ou cutilados a facão, em farrapos e ensanguentados (MILTON, 1897).

Além disso, outro problema de Sup CI II a ser apontado é a falta de barracas, fato destacado na Primeira Expedição, que partiu com pouco efetivo e se preparava para um combate rápido. Com isso, os soldados eram obrigados a ficar a mercê das intempéries da caatinga, fato que recaía diretamente sobre a moral da tropa e seus uniformes, “pois que não só marchavam, como dormiam com ele, à noite, sobre o solo nu e barrento das estradas, pela falta de barracas” (MILTON, 1897, p.44).

Concomitantemente a esses problemas, o coturno não era o adequado para marchar por longas distâncias em solo pedregoso, deixando muitos militares descalços e incapacitados de prosseguir no combate, “O calçado incapaz de resistir a uma marcha tão longa, e por tão maus caminhos, estragou-se, ficando um grande número de praças descalças.” (MILTON, 1897, p. 45)

Euclides da Cunha, ao acompanhar a investida da 4ª expedição, ressalta que a falta de fardamento adequado constituiu um erro que seria facilmente remediado, bastando imitar o exemplo dos vaqueiros do sertão, utilizando uniformes rústicos de couro, que resistisse aos espinhos e a vegetação inóspita. Entretanto, poderiam avançar, bastava que fossem apropriadamente fardados. O hábito dos vaqueiros era um ensinamento.

O flaqueador devia meter-se pela caatinga, envolto na armadura de couro do sertanejo — garantido pelas alpercatas fortes, pelos guarda-pés e perneiras, em que roçariam inofensivos os estiletos dos chique-chiques, pelos gibões e guarda-peitos, protegendo-lhe o tórax, e pelos chapéus de couro, firmemente apresilhados ao queixo, habilitando-o a arremessar-se, imune, por ali adentro (CUNHA, 1905, p. 226).

Ele ainda critica os uniformes militares brasileiros à imagem dos europeus “Mais extravagantes são os dólãs europeus de listas vivas e botões fulgentes, entre os gravetos da caatinga decídua.” (CUNHA, 1905, p.226).

O historiador e escritor do livro “Soldados da pátria”, Frank McCann também escreve sobre as falhas de Sup CI II, trazendo a responsabilidade da lacuna de uma organização logística adequada para os oficiais superiores que ignoraram os informes levantados e escritos em relatório pelo Tenente Pires Ferreira:

“Se os oficiais superiores se dessem ao trabalho de ler a parte de combate do tenente Pires Ferreira e houvessem tomado providências para estar preparados para os problemas ali citados, muito sofrimento poderia ter sido evitado. A poeira, os acidentes do caminho e o sol causticante dificultaram ao extremo controlar o avanço da tropa. Os homens marchavam e dormiam de farda, que logo se transformou em farrapos pela ação do calor, chuva, espinhos e combates. Os sapatos gastaram-se no terreno rude, deixando a maioria deles descalça” (MCCANN, 2009, p. 69).

3.3.3 Suprimento Cl V na Campanha de Canudos

Em todas expedições realizadas a Canudos, cada uma teve uma particularidade no que diz respeito ao Sup Cl V. Na 1ª expedição, o Tenente Pires Ferreira, militar do 9º Batalhão de Infantaria do Exército, partiu de Juazeiro para o Arraial de Belo Monte com aproximadamente 104 praças e 3 oficiais (CUNHA, 1905, p. 140). Por acreditar que seria um combate fácil, o comando da expedição não levou peças de artilharia e utilizaram somente os fuzis Mannlicher e armas brancas.

O fuzil Mannlicher, de fabricação europeia, era um arma de repetição e de longo alcance. Era a primeira arma de repetição de uso geral da infantaria brasileira, a primeira que usava cartuchos de pólvora sem fumaça, de alta velocidade inicial e a primeira de calibre reduzido (7,92 mm *versus* o normal até então, de 11 mm). Não era o armamento ideal para adentrar na vegetação caatinga, apesar de suas boas qualidades em combate urbano, a arma possuía uma delicadeza e fragilidade que, por muitas vezes, ficava inutilizada devido à poeira, espinhos e choques mecânicos, conforme foi relatado pelo Tenente Pires Ferreira:

O prejuízo resultante da extrema delicadeza de seu mecanismo que facilmente se estraga, ficando o fuzil reduzido a simples arma branca, quando adaptado no extremo do cano o competente sabre-punhal. Basta um pouco de poeira ou um simples grão de areia, introduzido na câmara, para que não possa o ferro lho funcionar (MILTON, 1897).

Ademais, além da fragilidade do armamento, outro ponto que pode ser salientado é sua dilatação com o fogo prolongado, aliado ao calor do clima semiárido, que dilatava o cano, fazendo o Fuzil Mannlicher perder a sua principal característica, transformando-a de arma de repetição em arma de tiro simples (MILTON, 1897, p. 44).

Foi salientado ainda, pelo Tenente Pires Ferreira que, como o Exército Brasileiro na campanha de Canudos não possuía uma linha de transporte eficiente entre o local do combate e a base de operações, esse tipo de armamento, por apresentar falhas sucessivas, não era o ideal para o combate na caatinga “Esse armamento não convém ao nosso exército, por não dispor

ainda este de meios de transporte fácil, rápido e cômodo, de que dispõem os exércitos europeus.” (MILTON 1897, p. 44).

Somado a isso, os fuzis utilizados na 1ª expedição foram utilizadas em guerras anteriores e já se apresentavam deteriorados “Acontece ainda que essas armas, que serviram na campanha de S. Paulo e Paraná, em mil oitocentos e noventa e quatro, já se achavam bastante usadas” (MILTON, 1897, p. 45).

Quando partiram de Monte Santos em direção a Canudos, a 2ª expedição chefiada pelo Major Febrônio de Brito tinha como dotação, além do armamento individual, 2 canhões Krupp, 3 metralhadoras Nordenfelt e mais de um milhão de cartuchos, munição suficiente para matar toda a população baiana da época (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 97).

O canhão Krupp calibre 8 era, tradicionalmente, uma arma do Exército Prussiano e utilizados pela primeira vez na guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Sendo um dos fatores do sucesso prussiano em tal conflito devido seu elevado alcance, precisão e poder de fogo. Porém, ao levar poderosas peças de artilharia visando liquidar Canudos, o comando da expedição não levou em consideração o peso excessivo e a precariedade dos meios de transporte, obrigando a tropa a abandonar munições e armamento visando mobilidade, a artilharia reduzia a marcha e a tropa paralisava presa no travão daquelas massas metálicas, deixaram também as munições, levando apenas a quantia que as praças conseguissem levar nas patronas (CUNHA, 1905, p. 158).

Assim, o jornalista e militar Euclides da Cunha descreve no livro “Os sertões” que ao aproximar-se do inimigo quase desarmada, a expedição estava fadada a derrota iminente: “abandonando novamente parte das munições, seguia como se, pobre de recursos em Queimadas, paupérrima de recursos em Monte Santo, ela fosse abastecer-se em Canudos[...]A derrota era inevitável” (CUNHA, 1905, p. 261).

Após o insucesso da 2ª expedição, parte da Bahia para Queimadaso Coronel Moreira César com quase 1300 combatentes fartamente municiados (aproximadamente 15 milhões de cartuchos, setenta tiros de artilharia e 4 canhões Krupp). Todavia, os problemas de transporte de artilharia vivenciados na expedição anterior o qual custou extremamente caro aos que participaram da força expedicionária do Major Febrônio de Brito, repetiu-se na 3ª expedição. Assim, todos os erros e inexplicáveis descuidos já expostos nos desastres anteriores não foram concertados (CUNHA, 1905, p. 182). A tática do emprego da tropa continuava a consistir de um ataque frontal empregando todo o poder de fogo à frente. No entanto, para o jagunço que sabia se camuflar e andava sem ser visto no terreno, a força exposta constituía alvo fácil e poderia ser batida com poucos homens, além disso não se cogitou de escolher pontos de defesa,

garantidos de guarnições que mesmo diminutas poderiam engajar o inimigo se houvesse uma retirada (CUNHA, 1905, p.183).

Tal falha, apontada por Euclides da Cunha, foi experimentada na realidade para a tropa legalista. Ao ser ferido em batalha, Moreira César vem a óbito causando pânico entre os comandados que desesperados são atacados pelos flancos e pela retaguarda. Os sertanejos, dessa forma, capturam toda a artilharia do Exército (VILLA, 2002, p. 47). Além da 3ª expedição ter falhado em acabar com o Arraial de Belo Monte, nunca os rebeldes conseguiram tantos armamentos, munições e peças valiosas de artilharia, como os 4 canhões Krupps que a tropa, com tanta dificuldade, havia levado até o local da batalha (CUNHA, 1905, p. 212).

A 4ª expedição levava consigo uma quantidade nunca antes vista de Sup Cl V em uma revolta interna. A comoção nacional era grande e a república avançou sobre Canudos com força total. O General Artur Oscar dispunha de um total de quase 25.000 homens que compunham efetivamente os quadros do Exército em 1897. Seguiram para Canudos os seguintes contingentes: em maio 6.684 homens, junho: 5.872, julho: 2.709, agosto: 2.550, setembro: 4.386. Ao todo, eram conduzidas cinquenta mil arrobas de peso bruto de “munição de boca” — provisões de alimentos — e de guerra, que seriam utilizadas pela infantaria e artilharia. À expedição portava consigo um poderoso canhão Withworth de 97 mm, puxado por treze juntas de bois (MACEDO; MAESTRI, 2004, p. 131).

O canhão Withworth fora inventado na Inglaterra na década de 1860 e era um canhão de cano estriado que possuía alta precisão no longo alcance, mas dependia de um alto padrão de manutenção. Esse canhão com tamanho poder destruição fora apelidado pelos rebeldes de “a matadeira”. Novamente, o comando errou em levar tal armamento com a força expedicionária, como já mencionado, as condições precárias de transporte não eram suficientes para levar um canhão de 1700 quilos, a máquina tinha seu uso efetivo em fortalezas costeiras, para a guerra sertaneja, só consistia na redução da marcha, na perturbação das viaturas, cuja única finalidade era “assustar os sertões” (CUNHA, 1905, p. 225).

Com o decorrer do combate, a brigada de artilharia encontrou sérias dificuldades de transporte com o canhão Withworth, pois enquanto os canhões ligeiros chegavam a Belo Monte, aquele ainda estava distante uma légua. Ocupando, para isso, 20 juntas de bois (CUNHA, 1902, p.228). Outrossim, o atraso no deslocamento da pesada artilharia, consistia em uma fragilidade muito grande para as colunas em marcha, como um “trambolho obstruente entre a vanguarda e o comboio geral.” Se os jagunços resolvessem atacar essa última, as primeiras, correndo em auxílio estacaria de encontro às baterias engasgadas e ocasionaria um refluxo (CUNHA, 1905, p.228).

3.4 DECISÕES ACERTADAS PELO COMANDO NA 4ª EXPEDIÇÃO

A expedição comandada pelo General Artur Oscar estava quase fracassando pela 4ª vez. As dificuldades para debelar Canudos eram tantas que o Presidente da República enviou a área dos conflitos o Marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da guerra. Com isso, a experiência em campanhas militares do Marechal Bittencourt possibilitou a conclusão de que a principal causa dos sucessivos insucessos anteriores era a precariedade da logística nas investidas levando-o a organizar os comboios, providenciar gêneros, cuidar da evacuação dos feridos e elevar o moral da tropa, deixando o comandante da expedição apenas para as operações (PILLAR, 1981, p. 248).

O Ministro da Guerra chega a Canudos em 6 de agosto de 1897 com 600 homens do Corpo Policial do Estado de São Paulo, 900 homens do Corpo Policial do Estado do Amazonas e Pará e mais 632 militares do Exército Brasileiro. (VILLA, 2002, p. 64). Após todos os reveses sofridos, a força legalista consegue debelar os últimos focos de insurreição em 5 de outubro.

3.4.1 A divisão da força

O General Artur Oscar, ao comandar a tropa na 4ª expedição, resolveu dividi-la em duas colunas, uma sob o comando do General João da Silva Barbosa que operava em Monte Santo e a segunda comandada pelo General Cláudio do Amaral Savaget operando desde Aracajú (VILLA, 2002, p. 60).

A decisão de dividir a tropa em dois comandos e operando em locais diferentes possibilitou que a força pública utilizasse, pela primeira vez, uma tática de guerra semelhante a dos jagunços, atacando em frentes diferentes e substituindo a velha manobra campal que era baseada no Exército Prussiano e tão criticada por Euclides da Cunha. Com essa estratégia, o trabalho da logística também era facilitado, devido a agilidade e elasticidade da tropa. O abastecimento era feito por comboios parcelados, evitando que os movimentos do Exército fossem travados, devido a grande extensão de muares, bois e outro tipo de transporte. Dessa forma, a massa era repartida e os números eram substituídos pela velocidade, sem os entraves de uma artilharia demasiada pesada e lenta (CUNHA, 1905, p. 241).

O princípio velocidade era defendido 500 a.C por Sun Tzu. O general e estrategista militar chinês, defendia que mais do que poder militar ou recursos efetivos, a velocidade era a chave para qualquer manobra militar. A razão é simples: um exército que se move rapidamente

é capaz de derrotar um exército de maior dimensão, a velocidade e intensidade de um Exército é crucial para atacar em múltiplos pontos fracos do inimigo (TZU, 500 a.C).

Tal princípio era obedecido à risca pelos conselheiristas e negligenciado pela força pública até então, possibilitando que nas 3 expedições anteriores os jagunços conseguissem, mesmo com um número reduzido de combatentes, derrotar uma tropa muito superior de armamentos e recursos, simplesmente não se sabia a localização dos sertanejos e nem quando iam atacar.

3.4.2 A regularização dos comboios

A fome era um inimigo mortal dos soldados da força legalista. Com a chegada dos reforços vindos com o Ministro da Guerra na 4ª expedição, havia mais ou menos 8 mil homens combatendo os conselheiristas. Os soldados até aquele momento, se alimentavam de terços de rações, havia um boi por batalhão (500 a 800 homens), um litro de farinha por esquadrão (60 a 200 homens) e os comboios de suprimento eram raros e incertos, as cargas chegavam extraviadas, ora pelos jagunços, mas principalmente pelos caminhos tortuosos do sertão nordestino (CUNHA, 1905, p. 470).

Ao chegar no campo de batalha, o Marechal Bittencourt deu a campanha o que ela ainda não tivera, uma linha e base de operações. Fora sediada, em Monte Santo, uma espécie de base logística de onde saíam os comboios. Agora o suprimento não viajava da capital até o palco de operações, mas sim, de uma distância menor, pois “o que era preciso combater a todo transe não era o jagunço, era o deserto” (CUNHA, 1905, p. 475).

Em Monte Santo, o Ministro da Guerra armazenava subsistência, equipamentos para os batalhões que iam chegando e uma espécie de hospital para os feridos e, apesar das numerosas dificuldades, no final de agosto organizara-se um corpo regular de comboios, suprindo de maneira efetiva o exército em operações, com um menor intervalo de dias.

O Marechal Bittencourt utilizou amplamente o transporte de muares, pois as mulas eram melhor adaptáveis às agruras do sertão (VALENTE, 2009, p. 15). Nas palavras de Euclides da Cunha: “Mil burros mansos valiam na emergência por dez mil heróis” (CUNHA, 1905, p. 510). Assim, o Ministro da Guerra e futuro patrono do serviço de intendência transformou um conflito enorme e desorganizado em uma campanha regular.

4. CONCLUSÃO

A problemática levantada nesta pesquisa foi sobre como os problemas de suprimento do Exército Brasileiro foram as principais causas da derrota das tropas legalistas nas quatro expedições a Canudos, com a visão geral do que ocorreu demonstrada neste trabalho, podemos concluir que o Exército não estava preparado para o tipo de guerra irregular que os insurretos praticavam. Principalmente devido a falha logística de Suprimentos Classes I, II e V, fato que resultou, entre muitas outras coisas, em uma reforma profunda na doutrina militar e na potencialização da força, sendo tomadas várias medidas de capacitação profissional para os militares brasileiros se adaptarem a esse tipo de conflito e na glória e fama conquistada pelo Marechal Bittencourt, que posteriormente foi nomeado patrono do serviço de intendência, servindo como modelo profissional para os intendentos do Exército Brasileiro até os dias de hoje.

Em primeiro plano, foi constatado na primeira expedição, comandada pelo tenente Pires Ferreira, que houve uma desvalorização, por parte das forças legais, do valor dos rebeldes, visto que foi utilizado um efetivo equivalente a companhia (aproximadamente 113 homens). Com os meses vindouros foi demonstrado na prática que esse número não chegara nem perto do suficiente para a vitória legalista. Após a derrota esmagadora da tropa do Tenente Pires Ferreira (que nem ao menos havia chegado em Monte Santo), foi feita uma segunda expedição, a comando do Major Febrônio de Brito.

Nessa segunda investida ficou claro que não houve, por parte dos oficiais superiores, uma profunda análise do relatório que o comandante da primeira expedição havia redigido, pois no tocante aos Sup Cl I, II e V, praticamente os mesmos erros foram cometidos. Ainda que o Major Febrônio tenha utilizado pouco mais de 600 homens, efetivo de um Batalhão de Infantaria, e peças de artilharia como canhões Krupp, bem como metralhadoras, esse efetivo de homens e todo material bélico empregado ainda estaria longe do necessário para desmembrar o Arraial e desarticular Conselheiro e seus jagunços.

Após duas severas derrotas, a Bahia e todo o Brasil colocam os olhos em Canudos, visto que um herói nacional da república brasileira, o coronel Moreira César, assume a chefia da terceira expedição e parte para Bahia com um efetivo nunca visto num conflito interno, com Organizações Militares de todo Brasil e ajuda da Polícia Militar da Bahia, aproximadamente 1200 militares, com canhões e 1 milhão de cartuchos. Após desgastante travessia na caatinga, já quase não havia Sup Cl I para os homens, a artilharia tornara-se um peso inútil e custoso de transportar, mais uma vez o Exército Brasileiro havia negligenciado uma logística eficiente, o

resultado catastrófico disso foi mais uma derrota para as tropas brasileiras, o desprestígio do exército perante a sociedade civil e muito material Sup Cl V tomado pelos jagunços, aumentando significativamente o poder de fogo inimigo.

Depois de uma cobertura de imprensa sem precedentes na história, o Exército se encontrava num momento decisivo de sua história, pois havia falhado até mesmo em garantir a ordem interna. A consolidação da nova república estava em jogo, havia uma dúvida generalizada em território nacional se o exército conseguiria rechaçar as rebeliões que porventura surgissem em território brasileiro e ameaçassem a segurança nacional. O motivo que mais assustava as autoridades era a fama que Antônio Conselheiro tinha de ser aliado ao império e ser financiado por monarquias ao redor do mundo, a ideia da volta do imperador começava a ser discutida abertamente por parte da mídia, fato esse que era absolutamente inaceitável para o presidente brasileiro e boa parte do setor político e civil que viram seus interesses ameaçados. Destruir o Arraial de Canudos, portanto, tornara-se indiscutível.

Assim, chega em março de 1897 à capital baiana com 5.000 homens o General Artur Oscar, comandante do 2º Distrito Militar para chefiar a 4ª expedição, onde foi estabelecida na cidade de Queimadas (a mais próxima cidade do Arraial de Canudos) uma base de operações. Nota-se, com isso, uma preocupação maior com relação à logística. A resistência dos rebeldes é tão grande que Monte Santo é descrito pelos militares como uma verdadeira fortaleza, o sertão vai parecendo de fato, intransponível, pois uma quarta derrota começa a se tornar realidade. Reforços são requisitados e meses depois, as tropas já chegam a 10.000 militares contando com o apoio das polícias estaduais da Bahia, Pará, Amazonas e São Paulo, com esse efetivo não só a logística é profundamente dificultada, mas também o comando e controle, por isso a tropa foi dividida em duas colunas, sob o comando de um general cada uma delas. Nessa expedição, a questão logística foi levada ao centro do problema pelo Marechal Bittencourt, ministro da guerra, que solucionou a defasagem de suprimento e após meses de duros revezes, as forças legais marcharam sobre Canudos e liquidaram as lideranças rebeldes, assegurando a ordem interna e tirando uma mancha do nome da instituição Exército Brasileiro e garantindo a estabilidade política da república.

Agora, acerca do centro de pesquisa desse trabalho, as classes I, II e V, nota-se que, em todas as quatro expedições, houve uma falha logística e as dificuldades que o clima e vegetação característica do sertão nordestino proporcionaram foi o que mais dificultou o trabalho de suprimento das tropas brasileiras.

Primeiramente o Sup Cl I, que é a comida e a água, essencial a qualquer tipo de vida existente e se traduz na base e na sustentação de qualquer exército, foi escasso em todas as

investidas. Os efeitos fisiológicos da fome e sede extrema incapacitam qualquer combatente de prosseguir na missão, no contexto de Canudos esse fato é intensificado devido à temperatura do local. Houve, com exceção da 4ª expedição, a inexistência de uma base de operações onde se pudesse armazenar gêneros alimentícios e estocá-los, a imprevisibilidade do combate muitas vezes ocasionava em um tempo muito maior que o previsto na duração da luta, fazendo com que os combatentes partissem sem a provisão necessária e acabassem sem Sup Cl I, não sendo mais possível prosseguir na expedição. Outrossim, a necessidade de água necessária por pessoa para sobreviver no sertão é muito maior devido ao clima quente, constantemente ocorre perda de água e sais minerais pela sudorese, fora as necessidades médicas da água para operações, cirurgias e higienização. Assim, outro erro discrepante foi partir para Canudos sem fonte de água abundante que pudesse suprir a necessidade mínima de consumo, um caminho plausível seria a utilização de poços artesianos ou instalação de bomba d'água.

Ademais, na questão de fardamento, onde se enquadra o Sup Cl II, o maior erro que impactou todas as expedições foi a falta de uniforme adequado ao sertão. A farda e o calçado dos militares eram inspirados em trajes europeus que por sua vez eram ambientados em clima frio, sendo os tecidos pesados, volumosos e pouco resistentes ao choque mecânico. Os cactos e outras vegetações espinhosas da caatinga transformavam os uniformes em farrapos após pouco tempo de utilização, os calçados dos militares se desfaziam, a sola descolava e a única opção era prosseguir descalço, dando grande vantagem para os rebeldes, pois incide diretamente na velocidade de manobra da tropa combatente bem como no seu conforto.

Por fim, o Sup Cl V não era adequado para a guerra no sertão, assim como os uniformes supracitados, os armamentos eram importados da Europa e não era plausível sua utilização no clima semiárido. Pois, com a poeira, os fuzis travavam e se tornavam, simplesmente, um peso a mais para ser carregado. A artilharia pesada, traduzida em sua maior parte nos canhões Krupp, foi comprada da Alemanha e não era adequada para ser transportada na areia e no solo pedregoso, foi necessário utilizar vários animais para transportar essas máquinas de aço pesadas, fato que onerava as tropas no transporte, diminuindo muito a velocidade de locomoção e dando tempo para os rebeldes, que carregavam muito pouco peso, para manobrar e investir contra as forças legalistas.

No contexto de defasagem logística, há que se destacar os feitos do Marechal Bittencourt, que chegou a Canudos quando a 4ª expedição estava fadada a outra vergonhosa derrota. O “Marechal de Ouro” como ficou conhecido, organizou, sistematizou e melhorou o transporte de pessoal e material, contornando todas as dificuldades que o sertão oferecia a árdua missão de transporte de suprimento. Utilizando estratégias inteligentes como a formação de

uma base logística em Queimadas e o amplo uso de muares e animais de carga para transporte de material, o fluxo de suprimento tornou-se efetivo e contínuo. Devido a sua contribuição para o sucesso da 4ª expedição, o Marechal se tornou um exemplo de como uma logística adequada pode contribuir significativamente para o sucesso em batalha. Dessa forma, em 5 de abril de 1940, o Presidente Getúlio Vargas decretou como Patrono do Serviço de Intendência o Marechal Bittencourt, o Marechal de Ouro, por intermédio do Decreto-Lei nº 2.112, tornando-se um exemplo para os intendentes do Exército Brasileiro.

Outro ponto que pode ser salientado como consequência do conflito em Canudos foi que após a guerra, o exército sofreu uma profunda alteração em seu aprimoramento técnico-profissional, contribuindo significativamente para a profissionalização da força, pois uma reforma radical foi feita nos ensinamentos das escolas de formação, com o fim de atender as novas demandas da guerra que até então não se tinha conhecimento. Até Canudos, a reforma educacional dos oficiais do exército havia sido deixada de lado. Com os diversos erros cometidos nessa campanha, foi verificado que o correto seria uma formação mista em matérias militares e científicas. Como exemplo prático, a utilização da artilharia de forma errônea e equivocada, bem como o transporte deficitário mostraram o quanto manobras práticas de exercícios no terreno eram necessárias, com a finalidade de antecipar erros como esses. Concomitante com essas disciplinas militares e práticas, o ensino de disciplinas mais científicas também necessitava ser ensinado visto que não houve um adequado planejamento da manobra, como deslocamento até Canudos, logística eficiente e utilização adequada do terreno.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Livro De Iniciação À Pesquisa Científica**. Resende-RJ: Editora Acadêmica. 2. ed. rev. at, 2019. 187 p.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRASIL. Exército. EB70-MC-10.238: **Logística Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Exército. Manual de Campanha C 100-10: **Logística Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília, DF, 2003.

CALASANS, José. **Canudos não-euclidiano — Fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro**. In: SAMPAIO Neto, José Augusto Vaz; SERRAO, Magaly de Barros Maia, 1996.

CUNHA, Euclides. **Canudos: Diário de uma expedição**. Rio de Janeiro: 3.ed. Laemmert e C, 1905.

COIN, Cristina. **A Guerra de Canudos**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Exército. **Separata ao Boletim do Exército (BE). Portaria nº 345 de 2 de outubro de 2019**. Aprova o Regulamento de Uniformes do Exército. Brasília, DF, 2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Império de Belo Monte: vida e morte de Canudos**. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LITRENTO, Oliveiros. **Canudos: Visões e Revisões**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998.

MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte: uma história da guerra de Canudos**. São Paulo: 1. ed. Editora Expressão Popular, 2004.

MARCIANO, João Evangelista de Monte. **Relatório apresentado pelo Revd. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no Arraial de Canudos – 1895**. Centro de estudos baianos, v. 130. Salvador: UFBA, 1987.

MCCANN, Frank D. **Soldados da pátria**. São Paulo: BIBLIEX. 2009.

MELLO, Maria Lucia Horta Ludolf e URURAHY, Vanda Maria Bravo. **Canudos — Subsídios para sua reavaliação histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. p. 1.

MILTON, Aristides Augusto. **A campanha de Canudos**. Brasília, DF: Edições do Senado Federal; v. 5, 2003.

OLIVEIRA, Wálney da Costa. **Sertão virado do avesso: a República na região de Canudos**. Bahia: UFBA - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. (Dissertação de Mestrado). 2000. p. 24 e 25.

PILLAR, Olyntho. **Os Patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1981.

PINHEIRO, Alexander Magnus Silva. **Uma experiência do front: a guerra de Canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia**. 2009.

RODRIGUES, Kadma Marques; LIMA, Pedro Victor Moura. **Barrancos de cuscuz de milho e um rio de leite: alimentação, identidade e patrimônio no sertão de Canudos**. Vivência: Revista de Antropologia, 2021, 1.57.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Partidos Políticos da Bahia na Primeira República — uma política da acomodação**. Bahia: EDUFBA, 1999.

TZU, Sun, and Sun Pin. **A arte da guerra**. WWF Martins Fontes, 2015.

VALENTE, D. F. **100 anos do serviço de intendência (1920–2020): as realizações do militar e político Marechal Carlos Machado Bittencourt**. Rio de Janeiro, EsAO: Trabalho de Conclusão de Curso, 2019.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos, campo em chamas (1893-1897)**. Rio de Janeiro: SARAIVA, 2002.